

7      *Agradecimentos*

**INTRODUÇÃO**

13      *A litigância ilícita como perversidade processual*

**CAPÍTULO 1**

19      *Litigância ilícita: explicando o conceito*

22      *1.1. O direito de ação é fundamental, mas não absoluto*

26      *1.2. Os limites do direito de ação: do ato ilícito à cláusula geral de boa-fé processual*

31      *1.3. Nosso conceito de litigância ilícita: do ato ilícito processual à demanda ilícita*

**CAPÍTULO 2**

37      *O que é a litigância abusiva/predatória?*

38      *2.1. Proposta de classificação das litigâncias: do ato processual à litigância predatória*

39      *2.1.1. A litigância ilícita*

40      *2.1.2. A litigância de má-fé e outros ilícitos processuais típicos*

42      *2.1.3. A esfera dos ilícitos processuais atípicos, e os empregos do termo abusivo*

43      *2.1.4. O uso abusivo da ação para a obtenção de vantagem antijurídica: litigância abusiva e predatória*

46      *2.2. Litigância predatória: o (nosso) conceito e os elementos (necessariamente) caracterizadores*

51      *2.3. Os sujeitos da litigância predatória: atores e alvos*

51      *2.3.1. Os atores da litigância predatória*

54      *2.3.2. Os alvos da litigância predatória*

55      *2.4. Efeitos e consequências da prática de litigância predatória*

55      *2.4.1. Efeitos punitivo e indenizatório da litigância predatória*

57	2.4.2. Efeito extintivo
60	2.4.3. Outras respostas do sistema de justiça
60	2.4.3.1. Identificação da litigância predatória, cooperação processual e deveres do juiz
61	2.4.3.2. Atuação institucional do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica
62	2.4.3.3. Enfrentamento da litigância predatória por meio da cooperação judiciária
62	2.4.3.4. Criação de núcleos especializados para o tratamento de demandas predatórias

### **CAPÍTULO 3**

63	<i>Evolução histórica e normativa no direito estrangeiro</i>
63	3.1. O início do tema: a sham litigation
65	3.2. A formação da doutrina Noerr-Pennington
66	3.2.1. Eastern Railroad Presidents Conference v. Noerr Motor Freight, Inc.
69	3.2.2. United Min Workers v. Pennington
71	3.2.3. O caminho para a exceção
72	3.3. Sham litigation, sua formação
72	3.3.1. O caso Walker
73	3.3.2. California Motor Transport Co. v. Trucking Unlimited
75	3.3.3. Otter Tail Power Co. v. United States
76	3.4. O teste PRE: Professional Real Estate Investors, Inc. v. Columbia Pictures, Inc.
79	3.5. O problema do teste de PRE e os desenvolvimentos posteriores; conclusões preliminares sobre a experiência norte-americana
82	3.6. Conceitos relacionados à sham litigation: litigância frívola e litigância predatória

83	3.6.1. "Frivolous litigation" em debate
87	3.6.2 "Predatory litigation" em debate
93	3.6.3. Elemento essencial da litigância predatória na experiência estrangeira
93	3.7. Conclusões parciais sobre a experiência estrangeira e possíveis aproximações

#### **CAPÍTULO 4**

97	<i>Evolução institucional do tema no Brasil</i>
99	4.1. O Conselho Nacional de Justiça na vanguarda
103	4.2. A jurisprudência do STF e do STJ sobre litigância predatória
103	4.2.1. STF: o assédio judicial contra a liberdade de expressão como manifestação de litigância predatória
111	4.2.2. STJ: o Tema 1.198 e a construção de critérios objetivos de controle da litigância abusiva
116	4.2.3. No plano legislativo: o PL 4.810/2024

#### **CAPÍTULO 5**

123	<i>Litigância Predatória em diferentes esferas do Direito</i>
124	5.1. Litigância predatória no âmbito concorrencial
132	5.2. Litigância Predatória no âmbito consumerista
141	5.3. Litigância predatória no âmbito trabalhista
143	5.4. Tutela coletiva e litigância predatória: o Caso ABL
145	5.5. Litigância predatória no âmbito societário
149	5.6. Litigância predatória transnacional: o Caso Cutrale
151	5.7. Litigância predatória na arbitragem societária
154	Conclusão

## **CAPÍTULO 6**

155	<i>Os agentes da litigância predatória: advogado predador e o financiador irresponsável</i>
155	<i>6.1. O advogado como agente da litigância predatória</i>
158	<i>6.2. O limite entre atuação estratégica e abuso processual</i>
165	<i>6.2.1. Atuações ilícitas unilaterais do advogado</i>
166	<i>6.2.2. Atuações ilícitas coligadas entre advogado e cliente</i>
167	<i>6.2.3. Síntese</i>
167	<i>6.3. Responsabilidade ética e disciplinar perante a OAB</i>
171	<i>6.4. A atuação do CNJ e do Judiciário na contenção da advocacia abusiva</i>
174	<i>6.5. O financiador de litígios predatórios</i>
174	<i>6.5.1. Notas gerais sobre o financiamento abusivo/predatório de litígios</i>
176	<i>6.5.2. Exemplos da prática de financiamento abusivo/predatório de litígios</i>
184	<i>6.5.3. A necessária distinção entre financiamento predatório e legítimo</i>
185	<i>6.6. Mecanismos de enfrentamento à litigância ilícita</i>

## **EPÍLOGO**

191	<i>Processualismo abusivo – contra a inversão silenciosa das finalidades do direito</i>
207	<i>Referências bibliográficas</i>
211	<i>Índice remissivo</i>